

Estado burguês e reforma moral e intelectual: a dialética do improvável

Leandro de Oliveira Galastri

Como citar: GALASTRI, L. de O. Estado burguês e reforma moral e intelectual : a dialética do improvável. *In:* DEL ROIO, M. (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci: os 70 anos da morte de Gramsci**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. p. 201-204.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2007.978-85-60810-06-2.p201-204>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Estado burguês e reforma intelectual e moral: a dialética do improvável

Leandro de Oliveira Galastri*

O objetivo deste trabalho é desenvolver a hipótese de que haveria dois momentos histórico-teóricos qualitativamente diferentes da reforma intelectual e moral em Gramsci, um antes e outro depois da construção da sociedade de transição ao socialismo. Sustentaremos que estes dois momentos estariam diretamente determinados pela relação das classes trabalhadoras organizadas com o Estado em cada um deles.

Acompanhando a análise de Nicos Poulantzas sobre o Estado como fator de coesão entre os diversos níveis de uma formação social e suas considerações da classe social a partir do “lugar” na luta de classes, poderíamos afirmar, em princípio, que haveria nesse autor uma impossibilidade estrutural para as transformações sociais de cunho revolucionário a partir da ação das classes.¹ Porém, se Poulantzas afirma que

O que se entende por “consciência de classe” própria e por organização política autônoma, isto é, do lado da classe operária, uma ideologia proletária revolucionária e um partido autônomo de luta de classe, tem como campo de aplicação aquele das *posições de classe* e da *conjuntura*, constituindo as condições de intervenção das classes como *forças sociais*. (...) O *aspecto principal* de uma análise das classes sociais é bem aquele de seus *lugares* na luta de classes: não é o dos *agentes* que as compõem (POULANTZAS:1978, p.17).

Defenderemos aqui que é necessário compreender também que a “conjuntura” possui uma temporalidade diferente de “lugar”. Este corresponde a tempo histórico de longo prazo, o que demonstra a permanência, de modo geral, das estruturas e práticas de uma dada formação social quando não se trata de momentos em que poderíamos observar uma espécie de aceleração revolucionária. Ou seja, fora do período histórico de aguçamento das contradições entre os diversos níveis da formação social em questão, causado pelo acúmulo daquelas mesmas contradições. No período de aguçamento, as temporalidades dos níveis estrutural e conjuntural tenderiam a sincronizar-se e a causar a crise de hegemonia, processo em que um bloco social desagregar-se-ia, dando origem a uma região na sociedade em que não haveria mais identificação com nenhuma das duas principais forças contrapostas (BADALONI: 1975, p. 120), forças protagonistas do embate histórico entre as duas classes fundamentais, levado adiante por suas vanguardas, fração dominante

* Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas • Unicamp

¹ De acordo com Poulantzas, uma formação social é constituída pela superposição de diversos modos de produção num momento histórico específico, dos quais um será sempre o dominante. A decomposição de uma formação social determinada em vários modos de produção coexistentes é uma operação analítica que realiza o autor no sentido de entender, entre outras coisas, o papel do Estado naquela formação. Entre os modos de produção componentes daquela formação social haveria níveis diferentes de desenvolvimento estrutural e material, o que os colocaria em contradição uns com os outros. O papel do Estado, conclui Poulantzas, seria justamente garantir a unidade dessa formação social, constituindo-se em fator de coesão daqueles diversos níveis estruturais.

da burguesia e setores organizados do proletariado. Enfim, configurar-se-ia uma sincronia caracterizadora do período de mudança revolucionária. Tal período comportaria a superação das antigas estruturas e práticas determinantes da dominação de um modo de produção específico em uma dada formação social e o estabelecimento de novas estruturas e práticas, específicas da dominação agora de um novo modo de produção, componente do que poderia ser chamado da formação social de transição.

Portanto, se o aspecto principal da análise das classes é seu “lugar” na luta de classes, como quer Poulantzas, não devemos menosprezar, por outro lado, a “posição” dos agentes no momento da sincronia histórica a qual nos referíamos, ou o que Maquiavel chamaria de *virtù*.

Segundo Poulantzas, o Estado é fator de coesão e unidade dos diversos níveis estruturais de desenvolvimento de uma formação social. Logo, podemos deduzir que todas as instituições e organizações sociais funcionais à unidade de uma formação são funções estatais num sentido amplo, na medida em que servem aos propósitos fundantes do Estado mesmo. A partir daí consideramos plausível que o Estado possa ser considerado não apenas como um organismo à parte, não apenas como uma *entidade* que *lança mão* de correntes para amarração dos diversos níveis de desenvolvimento histórico que compõem uma formação social. Se pudéssemos forçar a metáfora acima, diríamos então que o Estado também *é o conjunto dessas próprias correntes lançadas*, ou seja, em seu sentido amplo, *é um processo*, uma prática levada a efeito pela força social dominante em um dado momento de relações de forças políticas, isto é, da luta de classes. O Estado no sentido estrito, com instituição burocrática de governo e monopólio da violência, é resultado lógico (não necessariamente histórico-cronológico) daquele processo de dominação de classe, é legitimação de tal dominação. Desta forma, o assalto violento às estruturas do Estado no sentido estrito é culminação necessária e lógica (não necessariamente histórico-cronológica) da inversão, no nível da luta de classes, daquela resultante da correlação de forças no processo que mantém a unidade política dos diversos níveis estruturantes de uma formação social dada (ou seja, no Estado em sentido amplo).

Tal inversão na correlação de forças originaria uma formação social cuja unidade dos diversos níveis estruturantes se daria sob um fator de coesão de novo tipo, um novo Estado em seu sentido amplo, representado por um novo tipo de aparelho burocrático de governo e monopólio da violência. É somente nesse sentido de Estado amplo, ou Estado como *processo* unificador dos diversos níveis de uma formação, que podemos entender, como faz Poulantzas, as diversas “modalidades da função do Estado”, quais sejam técnico-econômica, ideológica e política (POULANTZAS: 1977, p. 48). Desse modo poderíamos considerar, por exemplo, o taylorismo como processo estatal em sentido amplo, já que atende às condições de função técnico-econômica do *processo* Estado, como organizador do processo de trabalho na sociedade num momento histórico dado, para além da função de Estado em sua manifestação estrita, como aparelho burocrático de governo e coerção que, por meio do direito, “fixa as relações de produção como relações de propriedade formal, na medida em que constitui um quadro de coesão das relações de troca, inclusive da compra e da venda da força de trabalho” (POULANTZAS: 1977, p. 51).

Na análise dos momentos da correlação de forças, é necessário considerar a reforma intelectual e moral como a construção de uma nova concepção de mundo por parte dos trabalhadores

organizados na luta de classes, cujas condições envolvem, ao mesmo tempo, a luta por novas condições materiais de classe, tanto econômicas quanto referentes ao poder político. Segundo Dias,

A hegemonia é a elaboração de uma nova civilidade, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. (...) O processo da hegemonia se realiza tanto no plano do movimento quanto no plano das instituições. (...) Trata-se da transformação das condições de existência das classes subalternas. Esta reforma intelectual e moral deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica que é, exatamente, o seu modo concreto de apresentar-se. Pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se se pensam conjuntamente as formas específicas de sua realização – a um tempo material e simbólica (DIAS: 1996, p.10).

Ainda, de acordo com o próprio Gramsci,

Pode haver reforma cultural, isto é, elevação civil dos estratos deprimidos da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma mudança na posição social e no mundo econômico? Por isso uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, pelo contrário, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto pelo qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI: 2001, p. 1561).²

Parece-nos defensável que aquela construção não pode ser levada muito longe se permanece encerrada nos aparelhos hegemônicos da formação social que se quer superar. Se a construção de novas concepção de mundo e condição material de classe (esta entendida aqui como comando econômico e político da formação social em que se vive), numa sociedade de transição ao socialismo, bem pode se estruturar por meio dos instrumentos de hegemonia da nova classe dominante, ou seja, que estão a serviço do soerguimento da nova formação social, tal não pode ocorrer sob a hegemonia das classes e frações de classes burguesas. Ou seja, uma reforma intelectual e moral que se pretenda voltada para a superação da hegemonia burguesa só consegue encontrar condições férteis de desenvolvimento fora dos aparelhos e instituições funcionais àquela hegemonia. Trata-se de um ponto de vista diferente do de Coutinho, por exemplo, quando, em polêmica com Althusser, sustenta que o filósofo francês

(...) propõe uma estratégia política que – acentuando excessivamente o caráter “separado” do partido operário e sua radical diferença em relação ao Estado – prega uma luta a se travar inteiramente fora do Estado. (...) Perde sentido, então, o núcleo da estratégia gramsciana da “guerra de posições”, ou seja, a idéia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades complexas do capitalismo recente, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, isto é, no interior do próprio Estado em seu sentido amplo. (COUTINHO:1999, p. 134-135, grifos nossos).

Em primeiro lugar, como procuramos indicar por meio de Poulantzas logo acima, o empreendimento político da mudança revolucionária pode ser considerado impossível “no interior do próprio Estado em seu sentido amplo”, dada a estruturação funcional dos aparelhos hegemônicos que aí se encontram. Agir “por fora” deste Estado, por outro lado, não significa buscar uma dimensão metafísica de ação, dado que este Estado, mesmo em sentido amplo (e

² Utilizamos neste trabalho a edição crítica organizada por Valentino Gerratana dos *Quaderni del carcere*, embora recorramos com frequência ao cotejamento com a edição brasileira organizada por Carlos Nelson Coutinho, Luís Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira (Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999-2002, 6v.).

é exatamente desse sentido que se trata) não ocupa e nem esgota todos os espaços e possibilidades de iniciativa de luta política das classes enquanto agentes organizados e dotados de vontade política. Encerrar o universo da ação política nos limites estruturais do Estado ampliado passa por desconsiderar a possibilidade das classes trabalhadoras de construir seus próprios aparelhos material-ideológicos paralelamente e em franca oposição àqueles sustentadores da hegemonia burguesa.

REFERÊNCIAS

BADALONI, Nicola. *Il marxismo di Gramsci: dal mito alla ricomposizione politica*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1975.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DIAS, Edmundo F. *Gramsci em Turim. A construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione critica dell'Istituto Gramsci, A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 2001.

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.